

Discurso no ato de posse dos Diretores da Agência de Desenvolvimento do Nordeste (Adene) e da Agência de Desenvolvimento da Amazônia (Ada), do Ministério da Integração Nacional

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 22 DE JULHO DE 2002

Senhor Ministro da Integração Nacional, Doutor José Luciano Barbosa; Senhores Governadores, que nos dão a honra da presença; Senhores Parlamentares, que também o fazem; Senhor Silvano Gianni, Secretário Executivo da Casa Civil; Senhores Diretores da Ada e da Adene; Senhoras e Senhores,

Ao felicitar os diretores que tomam hoje posse, tanto da Adene quanto da Ada, quero ressaltar o significado deste momento: estamos retomando um compromisso histórico com as regiões menos desenvolvidas do país.

A Sudene sempre foi um órgão repleto de simbolismo. Foi criada por Celso Furtado, para materializar uma preocupação especial com o Nordeste e com as áreas mais atrasadas e foi fruto da necessidade de uma transformação econômica e física, mas principalmente também de uma transformação política nessa região.

Pertenço a uma geração que acompanhou de perto essas modificações. Nunca me esquecerei de que, quando da época árdua da luta pela terra nos canaviais de Pernambuco, estive por lá. Nessa ocasião, me encontrei com Celso Furtado, que morava na praia da Boa Viagem,

num apartamento ao rés do chão, com a simplicidade que sempre o caracterizou. Fui com quem, hoje, é professor da Unicamp, Leôncio Martins Rodrigues. Nós, depois de termos conversado com o Celso, peregrinamos um pouco por aquela região, porque, na época, eu estava fazendo um trabalho sobre a questão dos empresários no Brasil e visitava usinas de açúcar. Pude estar numa daquelas usinas que haviam sido ocupadas, como hoje é tão freqüente, pelo movimento, que na época, era do Francisco Julião. Fizemos umas várias análises de perto da situação e via-se a tensão que reinava ali e também o momento de transformação social e econômica, que era muito tenso e que impunha uma necessidade de planejamento.

A Sudene foi um órgão planejador. Tanto é assim que, não por acaso, Celso Furtado, depois, foi o primeiro Ministro do Planejamento no Brasil. O Celso nunca concebeu a Sudene apenas como um órgão repartidor de recursos. Ao contrário, quantas vezes, muitos anos depois, no exílio, ambos, tanto Celso quanto eu, no Chile, conversamos sobre o que fora aquele esforço todo. E lá estavam também, no Chile, alguns antigos diretores fundadores da Sudene, como o Doutor Strauss, de quem fomos amigos, que era um geólogo importante e que trabalhava, como o Celso e como eu, na Cepal, o Doutor Jader, que também havia sido um dos fundadores da Sudene – não tinha ido para lá, mas, depois, trabalhou comigo –, o Chico, o Francisco de Oliveira, que tinha sido secretário do Celso.

Então, tudo isso era algo que nos era muito familiar e apaixonante. Discutia-se, realmente, não apenas distribuição de recursos, mas uma reestruturação da região, desde a parte física até a parte política, e com as idéias que o Celso, de uma maneira iluminada, mostrou ao Brasil, da necessidade de dar-se uma atenção toda especial à região nordestina, o destino que essa região tinha e a necessidade de que houvesse um esforço grande para contrabalançar a escassez de alguns recursos, não só da água, notadamente da água, mas, sobretudo, havia um esforço da proposta de algum elemento de industrialização, quem sabe algum deslocamento de população na direção do Maranhão, onde as terras eram mais férteis e mais úmidas. Enfim, havia toda uma concepção de reordenamento territorial e de revitalização da região.

Essa foi a inspiração da Sudene. Refiro-me à Sudene, primeiro, por razões acidentais pessoais – tive mais contato com quem fundou a Sudene, que foi o Celso. Mas também, com relação à Sudam, o espírito foi o mesmo. Claro que a Sudene tem uma história mais longa que a da Sudam – a Sudam vem nos anos 70 –, mas o objetivo era o mesmo. E ambas foram importantes no seu momento.

Hoje, o Brasil é algo diferente. É outro. É outro porque, em termos de planejamento, temos que pensá-lo no seu conjunto. Se, naquele tempo, havia alguns esboços de planejamento – e a Sudene foi o mais notável – e a idéia de planejamento era escassa, hoje, não apenas temos o Ministério que guarda esse título, de Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que eu diria que é um dos raros, se não é o único na América Latina. Depois da vaga neoliberal, sobrou no Brasil, ao contrário do que os meus críticos pensam, e aqui sobrou o Ministério de Planejamento muito ativo e nós incorporamos tudo isso no PPA, que é o Plano Plurianual de Investimentos, que reorganiza o espaço e reorganiza, em termos agora, não apenas de uma concentração numa região, mas de eixos que permitam a comunicação entre todas as partes do Brasil, mas porque também foi criado o Ministério da Integração Nacional.

Devo lhes dizer que, quando foi criado esse Ministério, era meu líder no Senado Federal, o Senador Fernando Bezerra. Foi a ele que dei a incumbência de criar esse Ministério exatamente com o propósito, e por isso tem o título, de integração nacional. Não é um Ministério regional, porque o mercado se nacionalizou no Brasil. Não existe mais o estancamento de mercados. Hoje, ou se pensa no próprio processo de planejamento do país, no seu conjunto, e aí, nesse local, os recursos são destinados de forma adequada ou então não há como fazer.

Não obstante existem disparidades, que não só se localizam no Nordeste e no Norte, mas se localizam em muitas partes. Recordo-me, nas conversas que mantinha com o Senador Fernando Bezerra e depois com o Senador Ney Suassuna, na verdade nós nos preocupávamos também com a região mais pobre do Rio Grande do Sul, que é a parte sul do Rio Grande, e isso também faz parte das ocupações desse Ministério.

Pois bem, dentro dessa nova concepção é que estamos repondo a Adene e a Ada. Ao extinguir a Sudene e a Sudam, portanto, a idéia não era acabar com o espírito que a criou, era o contrário. Aqui está presente o Ministro Suassuna e sabe da minha preocupação – o Ministro Ramez Tebet ficou pouco tempo no Ministério, o Ministro Bezerra mais tempo – todos sabem da minha preocupação, que era a de dar uma nova instrumentação diante do modo atual de o Brasil funcionar. E, mais ainda, é inegável que alguns desses órgãos se haviam desgastado imensamente, e que o espírito fundador já não prevalecia. Burocracias que perderam a alma e, muitas vezes, se fosse só a alma, ainda podia ser que se buscasse algum Deus bondoso que revigorasse. Mas, às vezes, perderam o rumo, quando não o caráter. Então era preciso, realmente, uma ação mais enérgica, uma ação revitalizadora no seu conjunto.

É com esse espírito que estamos criando a Ada e a Adene. É preciso que o espírito da Sudam e da Sudene renasçam nesses órgãos. E renascer num novo tempo, quer dizer, renascer tendo um cuidado muito grande de, não apenas a forma como se vão destinar os recursos, mas como compatibilizar tudo isso com um projeto nacional de desenvolvimento, com o PPA, o Plano Plurianual, e como se dá prioridade efetiva aos grandes projetos reestruturadores, que é essa a questão fundamental.

Para fazê-lo, nós mudamos o sistema de incentivos fiscais que havia antes. Ouvi o tempo todo, enquanto fui Senador, e depois que vim à Presidência, pedidos para que se modificasse esse sistema, porque esse sistema abria espaço para a utilização inadequada, para dizer de forma branda, os fundos disponíveis, porque abria espaço de negociação direta entre os que descontavam o seu Imposto de Renda e os que tinham que aplicar esse Imposto de Renda. E isso introduzia aí um elemento de discricionariedade quase impossível de ser controlado. Pois bem, tudo isso deixou de existir.

Sei que há reclamações, mas é preciso verificar essa reclamação, qual é o sentido dela. Se é uma reclamação que tem por objetivo, realmente, salvaguardar o que é o interesse da região, e que é legítimo, portanto, ou se a reclamação é uma tentativa de volta ao sistema que, sabidamente,

não funciona, ou melhor, funciona para alguns em detrimento da maioria, para particulares em detrimento do interesse público.

De modo que estamos recriando essas agências com um novo espírito. Estamos tratando de, mais uma vez, fazer com que o Estado brasileiro seja mais transparente e que esteja, portanto, mais apto a responder àquilo que a população deseja. Aliás esse foi nosso esforço nesses anos todos.

Na área econômica, por exemplo, me concentrei muito no sentido de limitar, quando não extinguir, o clientelismo e o corporativismo. São processos históricos, difíceis de serem eliminados. Mas a disposição do Governo Federal foi de, progressivamente, ir fechando os canais que realimentassem isso.

Na área econômica não houve uma só instituição: Banco do Brasil, BNDES, Banco da Amazônia, Banco do Nordeste, Caixa Econômica Federal, nenhuma delas onde o Banco do Nordeste, onde o critério não fosse de competência técnica. Eventualmente, a pessoa pode até ter uma filiação política, aliás eu tenho, todos temos, devemos ter, aliás todos os brasileiros deveriam ter, mas isso não é o que qualifica para o exercício da função. A função depende de que a pessoa seja efetivamente capaz. Nós, na área econômica, conseguimos grandemente, na área estritamente econômica, limitar as práticas clientelistas e corporativistas.

Na área social eliminamos com muita força também, e aí o exemplo da distribuição direta de recursos através dos cartões magnéticos, da Bolsa-Escola, enfim, de tudo que nós fizemos esses anos todos para descentralizar a questão da merenda escolar, a compra de medicamentos. Tudo isso tem sido feito sempre nesse novo espírito de uma sociedade que deseja o Estado mais transparente e de um apelo seguido a que a própria organização da sociedade se incumba de ampliar os controles sociais.

Ninguém pode evitar que haja desvios, que haja corrupção aqui e ali, mas nós não podemos permitir que ela seja sistêmica, nem deixar que o que acontece aqui e ali deixe de ser apurado e controlado pelos canais competentes, pelos procuradores, pela Justiça. Depois de apurado efetivamente se erro houve e não de antemão simplesmente na mera suspeita. Mas tudo isso tem sido feito com muito vigor. Isso faz parte desse

enorme esforço que o Brasil tem realizado em termos da sua democratização.

É nesse mesmo élan que essas questões da reorganização da Sudam e da Sudene têm tido lugar. Sei que na fase de transição houve prejudicados. Empreendimentos de qualidade que não tiveram seus recursos liberados no momento adequado. Mas num certo momento da história é preciso que as medidas sejam tomadas. Alguns sofrem. Tomara possam sofrer pouco e tomara possamos, para os que têm direito, corrigir o que, eventualmente, deixou de ser feito. E num momento em que se está sob investigação, como é o caso de alguns setores, não há como, senão parar, doa a quem doer. E, às vezes, prejudica, eu sei – repito – obras que são importantes. Caberá agora aos senhores e às senhoras retomarem com ímpeto esses projetos e fazerem com que aqueles que sejam corretos tenham seus recursos, separar o joio do trigo. E deixar que os incorretos vão para a Justiça e que a Justiça cumpra seu papel de condenar quem quer que seja.

O Governo tem sido até muito acusado de não dar prévios avisos, mas não dará, a quem quer que seja, porque não é o papel do Governo o de estar apadrinhando. Se não é o de estar perseguindo, e a gente sabe, estou longe de aceitar qualquer tipo de perseguição. Até porque politicamente fui perseguido, e não tenho nenhuma simpatia por perseguições. Mas todos sabem, também, que o Governo tem muito empenho em que as coisas se esclareçam devidamente, ou seja, no devido curso legal, como se faz em qualquer democracia.

Acho que agora está nas mãos dos senhores e das senhoras a responsabilidade de retomar, com força, os recursos que estão disponíveis para essas organizações e que, com isso, possam revitalizar a economia desta região. Tenho certeza de que vamos seguir nessa direção até o fim. E quando digo nessa direção até o fim, não é apenas até o fim dos cinco meses do meu mandato, mas até alcançar-se o objetivo. E o objetivo do país é um só: diminuir as desigualdades, criar condições mais propícias à produção e ao desenvolvimento econômico e, ao mesmo tempo, fazê-lo da forma mais aberta possível, mais transparente possível, dentro dos rigores da lei. Para isso precisamos contar com servidores públicos que

se dediquem, efetivamente, à causa pública e precisamos contar com a vigilância permanente da sociedade.

É o quadro que se desenha no Brasil daqui para frente. Tenho certeza de que, a despeito das imensas dificuldades, o Estado brasileiro está se modificando. Está se modificando não para encolher-se, mas para melhorar, para aumentar o seu ingrediente técnico, para ter maior transparência e para chegar mais depressa, nos seus serviços, às mãos ou aos espíritos daqueles que necessitem da ação do Estado.

Desejo, muito ardentemente, por tudo que disse e pelas vinculações de todos nós, históricas, ao desenvolvimento dessas regiões, que possamos, realmente, restabelecer o espírito fundador que fez com que a Sudene e a Sudam existissem. E que possamos, portanto, retomar o bom caminho de um desenvolvimento que diminua as diferenças regionais.

Antes de terminar, quero dizer que o Vice-Presidente da República, Marco Maciel, infelizmente não pôde estar aqui presente. Ele foi dos mais ardentes batalhadores para que nós não apenas acelerássemos esse processo, como na regulamentação das organizações. Mas infelizmente faleceu sua mãe hoje, e aproveito para externar de público as minhas condolências à família.

Muito obrigado.